

ASSÉDIO MORAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO MARANHÃO: CONSTRUINDO UM RELATÓRIO. OLIVEIRA, GABRIEL DE ARAUJO¹

¹ Mestre em história, professor efetivo da rede estadual de educação básica do Maranhão, membro do COTEMACS (Coletivo das trabalhadoras e trabalhadores da educação pública básica do Maranhão no Campo Sindical), professorgabrieloliveira@gmail.com

Palavra-chave: Assédio moral; adoecimento docente; gestão na educação pública

As reformas econômicas neoliberais impactam profundamente a classe trabalhadora, e a organização do ofício docente não se faz exceção. Este estudo analisa a violência laboral sofrida por professoras e professores a partir de 53 denúncias de assédio moral coletadas via questionário virtual durante greve da categoria em 2023, no Maranhão.

As narrativas evidenciam práticas sistemáticas de discriminação, desmoralização profissional, tolhimento da liberdade de expressão, ameaças, psicoterror e redistribuições arbitrárias, incluindo casos de assédio sexual. Tais violências são agravadas pela precarização do trabalho, marcada pela ausência de concursos públicos desde 2015, o que aprofunda a insegurança entre docentes temporários e enfraquece o poder de mobilização e de defesa classista.

Os relatos apontam para riscos psicossociais gerados por uma gestão organizacional pautada no medo e no estresse, implementada pela Secretaria de Educação do Estado e pelo IEMA (Instituto Estadual de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão). Identifica-se a predominância de gestões autoritárias e não eleitas, orientadas por uma lógica empresarial que promove o aumento e a intensificação da jornada de trabalho e a cobrança individualizada por metas. Esse ambiente degrada a saúde e as relações humanas, criando um clima de terror psicológico propício à reprodução de violências.

As consequências são graves: sofrimento psíquico (ansiedade, depressão, burnout) e adoecimento físico (doenças cardiovasculares, distúrbios musculoesqueléticos, problemas gastrointestinais e imunossupressão). Apesar de gerarem absenteísmo, presenteísmo e rotatividade, tais práticas se reproduzem por atender a interesses de: redução de custos, precarização da educação, produção de resultados para avaliações externas e marketing político.

Adoecidas e sem confiança nas instituições, muitas vítimas não procuram fazer denúncias, e outros relatam sofrer mais perseguição quando tentam procurar os órgãos de controle. A revitimização pelas ouvidorias estatais e a subnotificação das denúncias mostram a institucionalização da violência. O adoecimento docente não é



I SEMINÁRIO NACIONAL DO ONVE

Educação democrática,
direitos humanos e
enfrentamento às violências

24, 25 e 26 / novembro
UFF - Niterói

um efeito colateral, mas uma estratégia eficaz de gestão que serve a projetos políticos pouco republicanos como patrimonialismo, clientelismo e nepotismo.

Diante disso, este trabalho busca não apenas compreender o fenômeno, mas também denunciar e sensibilizar a categoria, cobrando das autoridades: a avaliação regular dos estressores psicossociais no ambiente de trabalho docente; o diálogo seguro com os profissionais da área; a construção de canais de denúncia confiáveis que promovam acolhimento às vítimas; punição à agressores e valores organizacionais que humanize professoras e professores.

Agradecimentos: ONVE, COTEMACS.



observatório nacional da
violência contra educadoras/es